

Carta de Curitiba expressa desafios da conjuntura

No ano em que comemora seu trigésimo quinto aniversário, o ANDES-SN realizou seu 35º Congresso anual na cidade de Curitiba, reunindo docentes de 74 seções sindicais, com 356 delegados, 74 observadores e 33 diretores e 6 convidados de seções sindicais, cujas homologações foram aprovadas no Congresso.

Como ocorre há vários anos, a conjuntura discutida pelos docentes e as deliberações aprovadas pelos delegados foi apresentada em um texto síntese ao final do evento, no caso a Carta de Curitiba. O documento destaca as várias medidas em curso por conta da contrarreforma do Estado brasileiro, trazendo como consequências para o trabalho docente o aprofundamento cada vez maior da privatização e da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como dos serviços sociais em geral, somado à retirada da carta constitucional de direitos sociais e trabalhistas. Nesse sentido, os congressistas apontaram como centralidade da luta para o conjunto dos docentes a “Defesa do caráter público, laico, democrático, gratuito e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos



serviços públicos e do direito dos trabalhadores, com intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com o movimento sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora”.

As seções sindicais homologadas incluem a organização dos Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia, ADUFOB-Sind; dos Docentes em Educação a

Distância do Rio de Janeiro (ADOPEAD/RJ); Docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (SINDIFSULDEMINAS); Docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (SINDUNILAB); Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Seção Sindical do ANDES-SN (SESUNILA); Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ADUFVJM).

Representaram a ADUFOP no Congresso os professores Ricardo Silvestre, Wagner Curi, Joaquim Toledo (aposentado), André Mayer, Sara Martins e Tatiana Ribeiro. A íntegra da carta esta disponível também no site www.adufop.org.br.

ADUFOP sedia reunião de Grupo de Trabalho do ANDES

Entre os dias 18 e 20 de março, o Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental do ANDES-SN se reúne em Mariana para aprofundar o debate sobre as deliberações do 35º Congresso.

Página 02

Docentes reclamam direitos não efetivados pela UFOP

Introdução do controle de ponto “velado” por meio do benefício do auxílio transporte e não pagamento de função gratificada são algumas das principais reclamações dos docentes à entidade.

Página 03

2016 é ano de eleições na ADUFOP e no ANDES-SN

Eleições locais e nacionais para a gestão 2016-2018 das diretorias da ADUFOP e do ANDES - Sindicato Nacional ocorrerão no início de maio, simultaneamente.

Página 04

Se no plano político, econômico e administrativo o ano de 2016 aponta para a somatória dos efeitos perversos da perda do poder aquisitivo dos salários, restrições orçamentárias para o desenvolvimento de projetos e maior controle da atividade docente no plano acadêmico e institucional, pelo menos o ano se abre para que novos grupos de docentes possam se apresentar para assumir as diretorias da ADUFOP e do ANDES - Sindicato Nacional. Embora a perspectiva seja a de enfrentamento contra um conjunto de ações que procura dar outro significado ao caráter público do ensino, pesquisa e extensão, e a consequente desobrigação do Estado para com

seu financiamento, há um norte, referenciado pelas discussões realizadas no 35º Congresso do ANDES, para se avançar na construção de ações em prol da categoria docente.

O ano marca também a eleição para a reitoria da UFOP, a qual deve ocorrer no segundo semestre, já com a nova diretoria da ADUFOP empossada. Portanto, é tempo de se envolver ainda mais intensamente com as lutas da categoria em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Diretoria ADUFOP

ADUFOP sedia reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental do ANDES

Mariana será sede da reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental – GT-PAUA do ANDES-SN entre os dias 18 e 20 de março. O evento tem apoio da ADUFOP e acontece no Auditório do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFOP - Rua do Catete, 166, Centro). A reunião contará com a participação de representantes de seções sindicais de todo o Brasil, que integram o Grupo de Trabalho.

Na pauta estão discussões sobre as deliberações do 35º Congresso do ANDES-SN em relação ao Có-

digo de Mineração, criticado por eliminar proteções ambientais presentes no texto anterior e beneficiar as mineradoras; o Código Florestal e o Marco da Biodiversidade, já sancionado pela presidente Dilma, o qual vem causando polêmicas entre ambientalistas e farmacêuticos; e a PEC 215/2000, que trata da demarcação das terras indígenas. O 35º Congresso do ANDES adotou posicionamento contrário a estes textos, e o Grupo de Trabalho irá definir, por meio de um debate aprofundado, quais as ações políticas serão encaminhadas nesse sentido,

pelo Sindicato Nacional. A escolha de Mariana como sede da reunião é emblemática, uma vez decorridos pouco mais de 3 meses do rompimento das barragens de rejeito de minério de ferro na região.

Mais informações sobre a reunião pelo telefone (31) 3551-5247.



EXPEDIENTE



DIRETORIA ADUFOP - GESTÃO 2014-2016

Prof. Luís Antônio Rosa Seixas
Presidente

*Vice-presidente - vacante**

Prof. Paulo Ernesto Antonelli
1º Secretário

*2º Secretário - vacante**

Prof. Ricardo Silvestre da Silva
1º Tesoureiro

Prof. Joaquim Batista de Toledo
2º Tesoureiro

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Escola de Minas

Prof. Edison Tazava
Prof. Geraldo Donizette de Paula

Escola de Farmácia

Profª Mônica Cristina Teixeira
Profª Vanja Maria Veloso
Profª Vanessa Carla Furtado Mosqueira

ICHS

Prof. Marcelo Santos de Abreu

Escola de Nutrição

Profª Késia Diego Quintaes
Profª Marília Alfenas de Oliveira
Prof. Marcelo Eustáquio Silva

ICEA

Prof. Wagner Ragi Curi Filho
Prof. Thiago Augusto de Oliveira Silva

ICEB

Prof. Hildeberto Caldas de Souza

CEUDFOP

Prof. Heber Eustáquio de Paula

CEAD

Profª Janete Flor de Maio Fonseca

Escola de Medicina

Prof. Rodrigo Pastor Alves Pereira

*Prof. Douglas Barboza e Prof. Aluísio Porto desligaram-se da ADUFOP para assumir cargo em outra instituição de ensino.

Jornal ADUFOP

Redação, edição, diagramação:
Lícia Ribeiro - (MTb 08397JP)
Diretor responsável: Luís Seixas
Projeto gráfico - AllType Publicidade
Impressão: Gráfica 101 • 1.000 exemplares

ADUFOP - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto

Endereço: Rua Prof. Francisco Pignatário, 151,
Bauxita - Ouro Preto-MG - CEP: 35400-000
E-mail: comunicacao@adufop.org.br
Telefone: (31) 3551-5247
Twitter: @adufopsindical
Facebook: www.facebook.com/adufop
www.adufop.org.br

Docentes reclamam direitos não efetivados pela Universidade

A ADUFOP recebeu reclamação de docentes com cargos administrativos na instituição que não estão sendo remunerados com a função gratificada correspondente. Há casos que perduram há anos e para os quais a Administração Superior da UFOP, apesar das promessas, ainda

não encontrou as soluções de direito cabíveis. Essas situações provocam prejuízos financeiros e enorme desconforto entre os docentes, pois constituem uma clara discriminação em relação aos demais casos aos quais efetivamente o benefício é concedido.

Controle de ponto “velado” na concessão de auxílio transporte

Os docentes das instituições federais de ensino superior estão isentos do controle de ponto. A legislação garante esse direito à categoria, por entender a natureza diferenciada do trabalho acadêmico. À parte certas atividades presenciais com horários e dias pré-determinados, como o ensino presencial, a dinâmica acadêmica de pesquisa, extensão, administração e orientação assumidas pelos docentes forçosamente exigem flexibilidade de horários e locais de exercício laboral, seja na própria instituição, seja em locais externos.

Entretanto, segundo reclamação recebida pela ADUFOP, estaria se criando dois pesos e duas medidas nessa questão na Universidade. Alguns docentes reclamam que o controle de ponto “velado” seria introduzido atrelado às normas da Administração

para concessão de auxílio transporte. O gestor quer que o docente que pleiteia esse benefício preencha uma ficha com todos os horários em que realiza atividades presenciais na instituição. De posse desta ficha, o gestor “conta com o controle social por meio de denúncias e representações funcionais para identificar possíveis irregularidades”, ensejando inclusive “penalidades penais, cíveis e administrativas, como

prisão, ressarcimento ao erário e demissão do Serviço Público”.

Para além disso, o gestor aponta para enviar os casos com indícios de irregularidades para o Ministério Público Federal. Portanto, há um certo clima de “salve-se quem puder” e denunciamento no gerenciamento da concessão desse legítimo benefício a que os docentes têm direito. Na realidade, a planilha ensejada pelo administrador engessa sobremaneira o planejamento de trabalho dos docentes, desconsiderando

inúmeras variáveis de emprego do tempo e de local de trabalho, que naturalmente fazem parte do trabalho acadêmico docente e se descortinam ao longo do ano.

O problema atinge também as chefias de departamento, uma vez que o documento da CGP/UFOP alerta que

“o chefe que por ação ou omissão contribui para a fraude incorre nos mesmos ilícitos”.

A ADUFOP se coloca a disposição dos seus associados, inclusive com sua assessoria jurídica, no sentido de que o administrador/gestor resguarde o legítimo direito tanto à não obrigatoriedade do controle de ponto, como ao benefício do auxílio transporte.

Calendário acadêmico de 2016 penaliza mais uma vez as férias docentes

O ano de 2016 já começa fadado a mais um longo período de trabalho extenuante e precário. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFOP) definiu o calendário acadêmico de 2016 e, caso não sofra alterações, as aulas de graduação presenciais de 2016/1 iniciam em 11 de abril, prolongando-se até a semana de exames especiais reservados para os dias 15 a 20 de agosto. O 2º semestre de 2016 inicia em 12 de setembro, com a semana de exames especiais reservados para os dias 13 a 18 de fevereiro de 2017, e período de recesso escolar entre os dias 23 dezembro a 15 de janeiro de 2017.

Sendo assim, o calendário da UFOP vai permanecer desconectado da programação de férias concomitantes com o calendário do ensino fundamental e médio, espaço anualmente reservado pelos docentes para passar mais tempo com seus filhos em idade escolar. O fato já ocorreu no início de 2016, quando somente foi permitido programar 15 dias de férias de verão, restando, para que os docentes tenham seu direito integral de férias respeitado, os períodos compreendidos entre 24 de março a 10 de abril, e 22 de agosto a 11 de setembro.

Os períodos de férias de 2017 também ficarão comprometidos, uma vez que a autoridade acadêmica reservou apenas 14 dias para tal em janeiro (entre os dias 2, segunda-feira e 15, domingo). Deste modo, serão dois anos consecutivos em que os docentes não terão seu direito de gozar 30 dias ininterruptos de férias, e mais particularmente, com períodos reservados de férias desconectados de seus familiares.



Mês de maio reserva datas para eleições na ADUFOP e ANDES-SN

Devem ocorrer nos dias 10 e 11 de maio próximo as eleições à diretoria e Conselho de Representantes da ADUFOP, e diretoria do ANDES-SN, gestão 2016-2018. Como acontece já ao longo das últimas quatro eleições, a votação para a entidade local e nacional serão simultâneas. A diretoria da ADUFOP deve lançar o edital com as datas de inscrição de chapas e demais informações nos próximos dias, de modo a garantir período de inscrições suficiente para que o(s) grupo(s) de filiados interessados em se qualificar para os cargos possam se formar.

A posse da nova diretoria da ADUFOP acontece em Assembleia Geral da entidade na semana seguinte à eleição. A posse da nova diretoria do ANDES-SN acontecerá no 61º Conad, em junho próximo, na cidade de Boa Vista, em Roraima.

No caso da diretoria do ANDES, em janeiro último no Congresso anual da entidade em Curitiba, seguindo as normas estatutárias,

protocolou candidatura a chapa “Unidade na Luta”. A chapa (foto) tem como candidata a presidente Eblin Farage, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF); candidato a secretário-geral o professor Alexandre Galvão, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb); e a tesoureiro o professor Amauri Fragoso de Medeiros, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). São considerados eleitores para a entidade nacional todos os docentes sindicalizados em suas respectivas seções sindicais e/ou secretarias regionais até o dia 16 de novembro de 2015 e que estejam

em dia com as suas contribuições até o dia 7 de março deste ano.

De acordo com a professora Eblin Farage, a chapa “Unidade na Luta” compreende que, entre os muitos desafios para o próximo período, será central a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade. “Nessa luta temos que contar com todos os professores e professoras, por isso é fundamental intensificar nosso trabalho de base, assim como ampliar nosso arco de alianças com os movimentos sindicais, popular, social e estudantil, ao mesmo tempo em que precisamos fortalecer nossa central sindical, a CSP-

Conlutas, por meio da participação qualificada de nossas seções sindicais. Assim, temos a possibilidade de difundir e dar capilaridade ao projeto defendido pelo Sindicato Nacional, dentro das instituições de ensino superior e também junto a outros segmentos da sociedade. O projeto de Educação que defendemos deve ser uma luta de todos”, completou.



Chapa “Unidade na Luta” inscrita para eleição da diretoria do ANDES-Sindicato Nacional para gestão 2016-2018

Novo Código da Ciência e Tecnologia é sancionado

Foi sancionado pela presidente Dilma, no último dia 11 de janeiro, o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação proveniente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015. O código aprofunda a privatização da ciência e tecnologia públicas, legaliza as parcerias público-privadas e possibilita transferência de recursos, estrutura, propriedade intelectual e pessoal de instituições públicas para usufruto da iniciativa privada.

As consequências do código para a carreira docente e as relações de trabalho nas instituições públicas podem ser perversas. Segundo o 2º vice-presidente do ANDES, professor Epitácio Macário, o código estimula que os docentes se tornem empreendedores, criando Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) dentro das instituições para captar recursos, o que cria tensões nas relações de poder dentro de universidades. O regime de dedicação exclusiva, então, passa a ser

relativizado. “É um avanço do processo de privatização dos recursos humanos e patrimônio científico públicos. A produção de conhecimento será patenteada e controlada por instituições privadas, que funcionarão dentro das instituições públicas”, detalha.

“A Constituição previa o investimento estatal prioritariamente para a ciência básica e essa mudança constitucional incluiu a inovação no mesmo patamar da ciência e tecnologia, para responder às demandas do mercado. Tirar o termo básico implica numa mudança considerável, pois tecnologia e inovação são produtos. Outra mudança tem a ver com a garantia de oferta de educação e ciência. Agora o fundo público pode ser investido diretamente em empresas nacionais e estrangeiras que realizem atividades de pesquisa e desenvolvimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação”, ressalta o professor.